

Internacionalização acadêmica: um percurso de desafios

Adriane Cecília Teixeira de Oliveira Teles¹

RESUMO

A internacionalização universitária é sem dúvida um dos grandes desafios do Brasil. Enquanto os países da Europa se articulam sua educação em torno de um espaço comum Europeu de qualidade, garantindo a desenvoltura internacional de seus alunos, formando cidadãos críticos com visão globalizada, prontos para o enfrentamento das exigências do mercado de trabalho, assim como garantindo o desenvolvimento de pesquisas conjuntas e a produção do conhecimento voltados para a garantia da soberania de seu bloco, no Brasil o que observamos é um desencontro nas ações internacionalizadas, que nos deixam numa condição de passividade educacional internacional. Urge, diante dos itens de internacionalização propostos na reforma da Educação, que sejam traçadas políticas objetivas para atuação conjunta do Estado e das Universidades, com financiamento específico, que garantam a soberania educacional do país.

Palavras-chave: internacionalização; ensino; programa.

Após oito anos trabalhando com a internacionalização do ensino superior no Brasil, manifesto uma inquietação que me acompanha já por alguns anos. Dedico-me, então, a buscar nesse paper uma sistematização inicial do que me mostrou o olhar acadêmico sobre esta vertente administrativa da educação nestes últimos anos.

A internacionalização universitária é, sem dúvida, um dos grandes desafios do Brasil nos próximos anos.

Quando o mundo reúne seus expoentes máximos na área da educação, buscando uma maior flexibilização desta, para possibilitar o intercâmbio acadêmico, é porque novos paradigmas estão colocados na atualidade globalizada.

Na Europa, a implementação do Protocolo de Bolonha, proposta para estar concluída até 2010, tem por objetivo a formação de uma estrutura comum aos países da União Européia quanto à graduação e pós-graduação universitárias, para conferir maior possibilidade de intercâmbio entre estes. O Processo de Bolonha, assinado em 1999, pretende alinhar as Universidades da Comunidade Européia quanto à sua estrutura e duração de seus cursos de graduação e pós-graduação strictu sensu. Países como

a França, com graduação de 03 anos, após os quais o aluno já ingressava automaticamente no mestrado, e dois anos após no doutorado, que duraria apenas mais um ou dois anos, vai ter que se adaptar no sistema americano, onde a graduação dura em torno de 04 anos, seguida do mestrado de 02 anos e doutorado de mais, no mínimo, 03 anos.

O sistema LMD (License-Master-Doctorat) Francês, como é chamada a versão em uso desde 2002, proporciona aos estudantes maior mobilidade no espaço europeu de ensino superior.

A Alemanha, por sua vez, não se propondo a uma transição mais radical, se propõe a criar novos cursos de graduação e pós-graduação de acordo com a estrutura proposta no Protocolo de Bolonha, sem, no entanto, descartar a antiga estrutura enraizada de seu ensino superior. Co-existirão as duas estruturas.

A Espanha, com um trabalho mais desprendido, se organiza em torno da estrutura necessária, garantindo desde já a mobilidade buscada, que lhes garante o maior número de alunos estrangeiros e maior busca atualmente em termos de intercâmbios acadêmicos.

Já na graduação, devido à norma educacional existente entre países, o aluno obrigatoriamente deverá cursar pelo menos seis meses do grau universitário em outro país.

Protocolo de Bolonha, marca o início da Reforma Universitária Européia. Vários outros motivos justificam a criação de um quadro Europeu de referência. Estes vão desde a necessidade de maior mobilidade, a diminuir muros entre as universidades, a produção de mão de obra mais competitiva, a garantia de qualidade com dimensão européia, a criação de um quadro europeu de referência, até a econômica, que vislumbra aí menores investimentos na educação.

Os currículos se apresentarão com mais enfoque na aprendizagem do que no ensino, mais curtos e mais efetivos, portanto, mais pertinentes ao mercado de trabalho. Currículos mais interdisciplinares, com possibilidade de dupla titulação.

Assim, a experiência educacional internacionalizada demonstra seu grau de importância em países com grande destaque na geração de conhecimento do mundo.

No Brasil, a internacionalização acadêmica adquire formato de desafio e de esforços altruísticos de quem com ela trabalha.

Paradoxalmente, o ensino superior brasileiro já vem sendo avaliado pela CAPES quanto à sua atuação internacionalizada em nível de pós-graduação. Para a graduação, inexistente uma política de incentivo ou orientação com objetivos claros nacionalmente definidos.

Apesar do reconhecimento quanto à sua necessidade, a internacionalização acadêmica é, no país, pouco compreendida e menos ainda financiada.

Em se tratando de desafio, as atividades internacionalizadas são, neste momento, um dos maiores. Constando como item da Reforma Universitária em curso, seguida a sua aprovação, o que se verificará é uma corrida universitária para adaptação aos novos perfis de universidade exigidos e conseqüentemente a busca por parceiros no exterior.

Sem uma definição da internacionalização que o país necessita corre-se o risco de tendermos para uma internacionalização com os mesmos componentes maléficos que convivemos na globa-

lização econômica.

Para efeito de melhor compreensão, o termo globalização, quando referido a ensino superior, pode gerar dupla interpretação.

Podemos compreender facilmente o tipo de internacionalização universitária proposto pela OMC (Organização Mundial do Comércio) para o Brasil. É de domínio público a solicitação da inserção da educação no GATTs (Acordo Geral sobre o Comércio de Serviços) da OMC, em dezembro de 2000 pelos EUA, onde a educação, ao contrário de ser um bem público, se remeteria à condição de mercadoria, voltado apenas para a lucratividade. Como desdobramento, o mercado brasileiro seria aberto para o estabelecimento de universidades estrangeiras, que formariam profissionais nas áreas de seu próprio interesse, com valores, habilidades e cultura inculcados a partir de interesses externos. Esse é um ponto crítico, que, ao invés de acrescentar qualidade e crescimento de mão de obra no Brasil, contribuiria, sim, para a disseminação, confusão cultural seguida de popularização de outras culturas, que não a brasileira. A riqueza cultural brasileira, e porque não dizer a soberania nacional, estariam diluídas numa colcha de retalhos de interesses estrangeiros.

Obviamente, não é deste tipo de internacionalização - invasão do mercado universitário brasileiro segundo interesse capitalista - que pretendemos para o país. Nos referimos a uma inserção da universidade no contexto global, com a finalidade de geração de conhecimento de alto nível e cidadãos com ampla capacidade técnica e crítica.

Dotar as universidades de uma dimensão internacional e possibilitar-lhes o intercâmbio de conhecimento e experiências de forma a propiciar um crescimento qualitativo da graduação, pós-graduação e pesquisa, respeitando-se inequivocamente as diversidades culturais: é pensar num Brasil maior e soberano.

A internacionalização universitária representa o despertar de uma consciência para um novo perfil profissional necessário para atuar no mundo em rápida transformação, que lhe exige postura crítica com desenvoltura internacional. Sobre isso, afirma o Dr. Lauro Morhy, Reitor da UNB:

"O mundo se transforma a passos rápidos e a sociedade do conhecimento avança na constituição de recursos humanos de alto nível, aptos ao exercício da interpretação das condições internacionalizadas que alimentam a própria internacionalização das universidades" (MORHY, 2005).

Ações de cooperação internacional que garantam o intercâmbio de conhecimento e experiências, e propiciem o diálogo cultural e intelectual devem ser desenvolvidas de maneira planejada, de acordo com uma política de internacionalização sintonizada com interesses das universidades e os rumos do país.

As décadas de 70 e 80 foram marcadas por grande esforço do Brasil em capacitar docentes no exterior em nível "stricto sensu", através das políticas de agências como a CAPES e o CNPq. Hoje, o que observamos em decorrência é o crescimento e grande envolvimento com pesquisas internacionais desses docentes com experiência externa, e uma busca independente de outros docentes a procura da mesma oportunidade. O apoio das agências brasileiras com bolsas específicas para estes casos é fator decisivo na grande oportunidade de professores freqüentarem cursos no exterior.

No entanto, o mesmo não acontece para a graduação no Brasil. Não há apoio financeiro significativo para esta modalidade de intercâmbio, ficando este restrito a alunos que possuem recursos financeiros familiares. Este ponto de corte na graduação é, sem dúvida, um dos fatores que aumentam o grande fosso existente entre as classes no Brasil.

O aluno com experiência internacional tem currículo privilegiado e conhecimento amplo que lhe garantem as melhores colocações no mercado de trabalho. Já aquele que não tem a mesma oportunidade, e que é de origem de uma classe sócio-econômica desprivilegiada, depende, inquestionavelmente, para sua inserção trabalhista, do mesmo currículo e competência técnica ampliada.

Se, no Brasil a mudança de classe social, por meios honestos, se faz principalmente através da educação, ao não termos uma política de relações internacionais acadêmicas, privilegiamos elites e não geramos oportunidades para grandes cérebros com pequenas rendas.

Portanto, o Brasil abandona a internacionalização da graduação aos auspícios das bolsas dos agentes externos que trabalham segundo a política de seu próprio país.

A oferta de bolsas para estudos para nossos alunos no exterior traz consigo metas de interesse daquele país. Como, por exemplo, um odontólogo com pós-graduação na Alemanha vai aprender a trabalhar com aparelhos e materiais alemães, e no seu retorno ao Brasil, provavelmente continuará a querer usá-los, pois são estes seus parâmetros de qualidade e o material que ele aprendeu a manusear com destreza. Com isto,

O Brasil abandona a internacionalização da graduação aos auspícios das bolsas dos agentes externos que trabalham segundo a política de seu próprio país.

aumentam-se as vendas alemãs em materiais e aparelhos ortodônticos pelo mundo afora, promovidos pelos ex-bolsistas da odontologia na Alemanha.

O mesmo aluno será também um disseminador da cultura e língua alemãs. Sua convivência no país provavelmente promoverá laços de amizade e simpatia por seus cidadãos.

Reinterpretando o acima exemplificado, o que queremos mostrar é que a distribuição de bolsas para brasileiros por países estrangeiros (através de seus governos, bancos, etc) não é algo feito ludicamente. Passa, sim, por interesses de colocação de produção do país no mercado internacional, pela disseminação lingüística e cultural, mas principalmente pela simpatia pelo país, tão necessária em momentos de instabilidade da paz internacional.

Assim, a internacionalização acadêmica não pode ter caráter passivo: deve-se ter objetivos nacionais com subsídios para efetivação destes, numa parceria estreita entre governo e universidades. A criação de bolsas para a graduação é sem dúvida uma das medidas a serem adotadas.

Estão aqui em jogo, os grandes saltos qualitativos da ciência, "pois melhor que absorver tecnologia é produzir ciência e criar tecnologia", e garantir a soberania de um povo em detrimento de posições subalternas de passividade, onde o que temos de riqueza pode sair entre os dedos da mão.

Autora

¹ Assessora de Assuntos Internacionais da Universidade Federal de Goiás.
Contato: adriane@cai.ufg.br

Referência bibliográfica

MORHY, Lauro. Seminário de Relações Internacionais da UnB. Universidade de Brasília, maio de 2005.

Agradecimento especial ao Prof. Dr. José Luis Domingues, pelas opiniões sobre o texto, pelo incentivo e amizade.